CURRÍCULOS E BIOPOLÍTICA DO TRABALHO DOCENTE NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

Curriculum and biopolitics of the teaching work in professional and technological education

Claudia Madruga Cunha[1]

Recebido em:06 out. 2014
Aceito em: 16 out. 2014

RESUMO

Este artigo reflete os novos cursos de tecnologia e seus currículos, que aparecem nas instituições federais sob o contexto de uma política de governo que se denomina expansão universitária ou Reuni[2]. Essa proposta de governo e sua interpretação são analisadas perante determinadas condições contextuais que agem e reagem a essa política. Tal comportamento fala de uma biopolítica que, na sua objetividade, amplia a formação básica e profissionalizante quando exerce de modo subjetivo alterações na ação docente. De um lado, esse grupo de professores modifica seu modo de agir e de se compreender em um meio que se alterou. De outro, a demanda da criação desses novos cursos e de seus currículos forja um campo onde as novas formações surgem delimitadas por uma política pública externa que flexiona uma concepção de prática educativa que tende a repetir, na estrutura interna, os imperativos da tradição acadêmica ao invés de agregar o novo.
Palavras-chave: Educação profissional. Novos currículos. Biopolítica. Políticas públicas.

ABSTRACT

This essay reflects how the new technological courses and its' curriculum are appearing at the federal institutions under the context of a government politics that is called REUNI, based on expansion of the universities. This government proposition and its interpretation analyzed by determined contexture conditions, which act and react to this politics. Furthermore, this conduct demonstrates one biopolitics which objectively ampliates the professional and basics education, but subjectively does practice changes at the teaching body. At one hand, this professor's group modifies their acting and their understanding of the University. At the other hand, the necessity of this news courses and curriculums creation, forges a place where the new formation emerges delimited by an external public policy that bend one conception of educative

[1] Licenciada em Filosofia pela UFPEL; Mestre em Filosofia pela PUCRS; Doutora em Educação UFRGS; atua no Setor de Educação Profissional e Tecnológica e no Programa MP: Teoria e Prática de Ensino da UFPR; Grupo: Laboratório de investigação Corpo, Gênero e Subjetividade na Educação; Linha de pesquisa: Corpo, diferença e subjetividades contemporâneas. Email: claudiamcunha@ufpr.br.
[2] http://reuni.mec.gov.br.

practice that tends to repeat the academical tradition imperatives at the internal structure, instead of adding the new.
Keywords: Professional education. New curriculums. Biopolitics. Public policy.

CURRÍCULOS E BIOPOLÍTICA DO TRABALHO DOCENTE EDUCAÇÃO NA PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA (VER ESSA ESTRUTURA FRASEL...)

O Setor de Educação Profissional e Tecnológica da Universidade Federal do Paraná, criado em 2009, surge num horizonte que em um certo aspecto invoca seu passado. Desponta em um ambiente em que perpetua parte do seu corpo docente, grupo professores que invocam seu passado quando pretendem a construção do novo, garantindo ao inovar o trunfo da tradição. Utilizando-se dos frutos da expansão, fazem uma restruturação na construção de novos cursos, que se dá basicamente sem críticas a estrutura anterior. Por consequência, designam um “mesmo” destino a um espaço formativo, que poderia renovar-se ao reorganizar sua estrutura e a nomeá-la.

O trabalho e o esforço de um grupo de docentes, envolvidos em criar novos cursos, hoje em atividade, passam a ser uma forma de resistir à desintegração deste ambiente. Parte da estrutura educativa que outrora abrigava a antiga Escola Técnica, atualizada com o nome de Setor de Educação Profissional e Tecnológica, dispôs-se num “locus” que persegue a educação profissionalizante em novo formato. Cursos de ensino médio e pós-médio, dão lugar a curso tecnólogos. Nesse sentido, esse espaço institucional articula uma formação que, embora continue a oferecer uma educação de base técnica, voltada para o mundo do trabalho, visa a atingir diferentes segmentos sócio-econômicos.

Esse texto analisa, num exercício investigativo, o “como” uma interpretação da norma, na ação de um grupo docente, pode tentar traduzir uma espécie de “diferente que se relaciona com o diferente antes de ser reconhecido como o Mesmo por um ato de representação” (GIORGI; RODRIGUES, 2009, p.19). Ainda, questiona se a resistência que permitiu essa mudança não acabou por acionar mecanismos através das técnicas e das tecnologias de poder, que retirados das políticas do estado, traduzem nessa instituição uma biopolítica no sentido foucaultiano.

Destaca-se, quando se fala em biopolítica, estar apontando para uma mutação no âmbito da política normativa, que, ao se impor novas regras, altera

comportamentos sociais e de grupo. Trata-se de uma configuração política que produziu certa ação na interpretação de um grupo de professores da Universidade Federal do Paraná. Um grupo, uma rotina, uma escola ruptura, sofreram alterações devido a uma normativa de Estado. Capturados por esse dispositivo, viram-se despossuídos de um estatuto do intelectual, que deixou de aspirar ao universal e "agora vai de um lugar específico a outro, de um ponto singular a outro" (Deleuze, 2005, p.98). Essa flexibilização da norma para a ação produziu uma transversalidade de valores educacionais e certas interdisciplinaridades de grupo, nas mudanças que interpretam as estruturas de poder subjetivas e objetivas.

A biopolítica utilizada aqui, numa analogia, diz dos corpos/comportamentos das pessoas quando um política pública na sua objetividade, voltada para ampliação da formação básica e profissionalizante, acaba por exercer subjetivas alterações na ação docente, na atividade de um grupo e no lugar específico onde esta política se instala. Tal política muda o contexto em que esse intelectual exercia sua profissão docente, alterando seu modo de agir e de se compreender em um meio que se alterou.

Política que vinda através do Ministério de Educação e Cultura, se faz majoritária, de Estado, e pretende qualificar e ampliar o ensino de terceiro grau, alargar as fronteiras do ensino básico e profissionalizante quando adentra a Universidade Federal do Paraná e suas lideranças. O ambiente acolhedor é fruto da perspectiva de ampliação vinda do Reuni[3].

O Reuni acaba por impor a essa universidade, em especial a esse novo Setor que UFPR, uma mudança que aponta para um tipo de poder que se transforma em seu aspecto e posição, traz à tona o "biopoder ou a biopolítica das populações" tal o dizia Foucault (1979). Sugere que há uma estrutura de poder que passa a disciplinar determinados comportamentos docentes, quando impõe a estes uma responsabilização a gestão de algo que apenas em parte os identifica como profissionais, demanda que se impõe de modo vertical. Exigiu mudanças nas vidas

[3] A expansão da educação superior conta com o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni), que tem como principal objetivo ampliar o acesso e a permanência na educação superior. Com o Reuni, o governo federal adotou uma série de medidas para retomar o crescimento do ensino superior público, criando condições para que as universidades federais promovam a expansão física, acadêmica e pedagógica da rede federal de educação superior. Os efeitos da iniciativa podem ser percebidos pelos expressivos números da expansão, iniciada em 2003 e com previsão de conclusão até 2012. (http://reuni.mec.gov.br/o-que-e-o-reuni.

profissionais, nas suas rotinas, no seu contexto, na forma como um grupo de professores exercia sua ação pedagógica dentro de uma escola pública. Altera o que antes dava sentido a uma ação numa “vida que surge como um novo objeto de poder” (Foucault apud Deleuze, 2005, p.98), neste espaço educativo.

NOVOS CURRÍCULOS DE TECNOLOGIA E AS POLÍTICAS DE ESTADO

Este Setor possui aportes no Ensino Básico - Ensino Médio Técnico Integrado e desenha um curso técnico Pós-Médio. Possui oito cursos na Graduação, os chamados Tecnólogos, cogita ampliar sua pós-graduação, pois já possui um Mestrado, construiu nova política interna, regimento e projeto político pedagógico. Tendo em vista a novidade que implica as práticas curriculares dos cursos propostos, vê-se a necessidade de revisar esses quadros, conciliando-os com uma proposta educativa cujo fluxo deve integralizar os desenhados currículos, aos aspectos que a experiência forçou atualizar.

As normas do MEC atualizam um virtual que se faz real, problematizado nos componentes curriculares desses novos cursos onde se procuram destacar as articulações do trabalho do corpo docente em um espaço formador. Nesse, as demandas externas vindas pela sobreposição das estratégias políticas do desenvolvimento educacional do Governo Federal tracionam algo interno que pode ser identificado na perspectiva de uma ação reguladora de uma educação para o trabalho. As tratativas do MEC vão regendo novos processos educativos, no caso específico desse Setor estudado, novas práticas que seleciona e elege um formato curricular onde os dados interno e externo, objetivo e subjetivo interagem enquanto políticas públicas no enxerto de uma biopolítica, na estruturação e na organização do trabalho docente nesse lócus educativo.

As indagações, aqui presentes, resultam das ações e atividades que foram realizadas através de um projeto de pesquisa que se iniciou quando exerceu-se a Coordenação Pedagógica da Coordenação de Políticas de Educação Profissionalizante vinculada a Pró-Reitoria de Graduação - Prograd - UFPR. Deslocada dessa coordenação, mas atuando neste Setor, passou-se a atualizar através da PROGRAD os dados deste artigo na intenção refletir o trabalho realizado junto aos coordenadores dos novos cursos do Setor de Educação Profissional.

Tal trabalho visou acompanhar a implantação das grades curriculares dos novos cursos e a adequação das atividades docentes, tendo em vista as necessidades decorrentes das novas profissões propostas nesse espaço educativo, que se viu de uma hora para outra transformado, de Escola Técnica vira Setor, com os encargos iguais aos outros setores desta universidade.

Observando de perto os currículos dos oito cursos Superiores em Tecnologia no trabalho de um grupo de professores do SEPT, pode-se dizer que “o novo não envelhece nem se esgota de repetir-se enquanto ressurge em cada repetição como novo”. Essa ideia de Deleuze, interpretada por Giorgi e Rodrígez (2009), serve aqui para expressar como esse núcleo buscou legitimar suas ações dentro de um contexto ou campo de forças, no qual atualizou uma política cuja demanda o forçou ao próprio esgotamento da forma anterior.

Pode se dizer, entretanto, que nesse contexto o novo é acontecimento, não naturalmente produto no seu exercício. Os quadros que hoje compõem o Setor de educação profissional e Tecnológica vieram de uma dividida Escola Técnica. Vale ressaltar que quatro cursos “novos” são residuais a cursos técnicos que ascenderam ao nível de graduação e possuem características especiais, obedecendo ao que está descrito nas diretrizes do Parecer CNE/CES 436/2001 e Resolução CNE/CP nº 03/02.

Não se está questionando se a composição curricular desses cursos, adaptada a essas normas, permitirá a obtenção de diploma de tecnólogo. Mas o como a norma pode ser interpretada para alcançar tal fim. Também quer se verificar, dando enfoque à base dessa regulação que forja aparecimento de novas profissões através do desenho dos novos currículos, a consequente subversão do novo como um fio tênue sobre o qual se desdobram subjetividades e objetividades de uma vida profissional.

Aquilo que nesse processo poderia indicar um “acontecimento”, num viés analítico, revisa o que já se processa. Com isso explicita, ou não, uma construção diferenciada ou um modo próprio e peculiar de existir (ou resistir) nos quadros desses cursos. Algo que talvez nestes perfis de formação profissional indique o singular ou aquilo que os diferencia dos demais (cursos) produtos do projeto de Expansão Universitária.

MODELO MEC PARA IMPLANTAÇÃO DE CURSOS SUPERIORES DE TECNOLOGIA

As disposições do MEC visualizam ou desenham um feitio possível para composição curricular do ensino tecnológico. No uso das interpretações, tais normativas proliferam produzindo e legitimando a diferenciação a partir de uma/umas leitura(s) possíveis da Resolução/CP nº 03/02 e dos princípios do REUNI, dispostos no documento homônimo desta Instituição. O que os currículos ensaiam, no sentido de uma formação profissional, surge orientado por esses documentos. A resolução indica para a educação profissional de nível tecnológico ou para os Cursos Superiores de Tecnologia as seguintes ênfases: i) - incentivar o desenvolvimento da capacidade empreendedora e da compreensão do processo tecnológico, em suas causas e efeitos; ii) - incentivar a produção e a inovação científico-tecnológica, e suas respectivas aplicações no mundo do trabalho; iii)- desenvolver competências profissionais tecnológicas, gerais e específicas, para a gestão de processos e a produção de bens e serviços; iv)- propiciar a compreensão e a avaliação dos impactos sociais, econômicos e ambientais resultantes da produção, gestão e incorporação de novas tecnologias; v) - promover a capacidade de continuar aprendendo e de acompanhar as mudanças nas condições de trabalho, bem como propiciar o prosseguimento de estudos em cursos de pós-graduação; vi) - adotar a flexibilidade, a interdisciplinaridade, a contextualização e a atualização permanente dos cursos e seus currículos;vii) - garantir a identidade do perfil profissional de conclusão de curso e da respectiva organização curricular.

Antecipando algumas anotações possíveis, pode-se alertar para uma biopolítica, atravessando certa produção e incentivo de maneira calculada a uma formação cujo formato enseja adaptar uma vida escolar à vida acadêmica, conceitos vindos do plano econômico para uma população idealizam uma qualidade de futuro amparado. É como se a educação profissional e, portanto, o crescimento das profissões (delimitado pelo MEC) viesse a solucionar, de modo quase mágico, as questões socioeconômicas remanescentes de outros tempos. Ao analisar as características das mudanças que a economia traduz para atualidade educacional, disse Hargreaves (2003) que essa política quer “repensar o desenvolvimento para eliminar o empobrecimento”. Disse, também, idealizando a educação profissional que

> as comunidades de aprendizagem profissional avançadas parecem funcionar melhor em sistemas dotados de uma elevada capacidade instalada, onde docentes são extremamente competentes e qualificados, as escolas razoavelmente eficazes, os lideres capazes de motivar e envolver os seus professores e os recursos suficientes para propiciar as organizações e aos educadores o tempo e a flexibilidade de que necessitam para trabalharem em conjunto (HARGREAVES, 2003, p.249).

Posto aqui, num diálogo de outra perspectiva, esse mesmo autor reconhece que tais comunidades são ainda imaginárias. O que se vê, na realidade do Setor de Educação profissional e Tecnológica da UFPR, mostra outra perspectiva, em que a norma atravessa os currículos como uma linguagem interpretada que vem ora do REUNI/UFPR ora das práticas didático-pedagógicas vigentes na instituição/tradição ora das interpretações advindas do processo de adequação e resistência dos artífices dos currículos novos do SEPT. Esse conjunto faz o que seria singular nessa representação: reduzir-se a um formato curricular quadrado, numérico que não se expande nem arrisca. Esse engessamento, na perspectiva do trabalho desse grupo de professores e dos seus projetos pedagógicos aqui analisados, fica disposto na linguagem dos diagramas curriculares.

Um primeiro documento, datado de 2002, apresenta-se amplo e genérico, ao implicar na dissuasão dos efeitos do fenômeno econômico no plano político, tentando situar as possíveis interpretações que ambos suscitam. Disposição essa, que não ficou muito clara, por isso veio a sofrer um redirecionamento de sua proposta na homologação do parecer 277/06, no qual o Catálogo Nacional dos Cursos Superiores de Tecnologia é lançado pelo MEC na tentativa de organizar e orientar a oferta de Cursos Superiores de Tecnologia.

AMBIGUIDADES ENTRE TRADIÇÃO E INOVAÇÃO

Os currículos do Setor de Educação Profissional e Tecnológica possuem, na sua estrutura curricular, algumas aproximações no que tange aos objetivos dessa concepção formativa, e, longas distâncias no que diz respeito às habilidades para as quais pretende formar. Mostrou-se necessário criar um projeto que trabalhasse, colaborando com a estruturação do trabalho docente e as futuras reformas e reajustes curriculares desses novos cursos. Tinha-se o objetivo de ir além das analogias e diferenças entre os quadros, para oportunizar um debate onde se construíssem

objetivos comuns, tencionando a realidade específica de cada curso junto com o quê os qualifica em uma educação profissional. Estando à frente da Coordenação Pedagógica das Políticas de Ensino Profissional, buscou-se orientar e discutir novos fins para novas abordagens da educação profissional, que se realizam agora no meio da universidade ou na imanência desse espaço. Parafraseando Cunha (in Castanho; Castanho, 2001, p.128), os processos inovativos devem levar em conta seu caráter históricossocial, uma vez que esses se constroem no espaço e no tempo e não podem ser percebidos como mera produção externa. Essa inovação ocorre como resultado de tensões e não meramente como inserção de novidades técnicas e tecnologias no meio universitário o que poderia exercitar nesse meio o viés criativo. Entretanto, tais tensões interpretam as políticas citadas e agem mais do que reagem no câmbio deste contexto.

A verticalidade da política agrupa-se ao vértice que pré-existe à estrutura universitária, onde a graduação, pós-graduação, etc, ocupa o alto da pirâmide sendo o modelo para os outros níveis educacionais. Logo, os hábitos e as práticas que já se realizavam na universidade passam a amparar a forma como a norma externa se atualiza e implica a retomada de modos operacionais educativos e seus costumes. Esses são aceitos e tendem a ser a condição que a “pré” ampara. Ou seja, há um contexto que pré-condiciona a normatização e as possibilidades dela. Como dizia Foucault (1979, p.30), “o conhecimento da história dá ao saber a possibilidade de fazer, no movimento de seu conhecimento, sua genealogia”. Nesse aspecto, algo transforma e controla o meio de outra forma, numa interação que sendo nova pode possibilitar a estes cursos novos moldes curriculares, embora eles repitam o currículo que vem da tradição.

Profissões novas, num lugar novo, Setor que nasce é criado pedindo o exercício de novas temporalidades para a formação profissional. Algo que traduza o que é singular para esse tipo de formação num espaço e tempo onde esse ambiente profissional, nesse específico local, não tenta traduzir o diferente permitindo a ocorrência do novo, o realizando enquanto formação inovadora. Essa fica pouco exercitada, talvez, porque sua procura ameaça a uma abertura de querer formar alguém para o que ainda não existe ou para o que não se sabe exatamente como será absorvido por esta sociedade. Embora sutis e subjetivas, as novas formas de controle

proliferam e, ao interpretar a tradição curricular, reinventam-na. Os novos cursos nasceram no modelo de velhos currículos reinventados, reformados. O novo que os implica, no caso as novas profissões, mostram-se desenhadas em um sentido fragmentário de caráter indefinido.

A insegurança que acompanha e garante o novo para essas profissões fica disfarçada, uma vez aquilo que as singularizaria nesse espaço recorre ao constante acompanhamento do dado legal seja por tradição ou por norma. Logo, nesse ambiente se espraia uma política que vem do MEC e seleciona biopolíticas ou modos de criar novos currículos e novas profissões. No fragmento, uma velha política para a educação técnica se reinventa e aumenta sua capacidade de atuar, multiplicar conexões e criar novos formatos de controle ou submissão para a vida dos grupos que atuam no mundo do trabalho.

Os professores pesquisados e os currículos por ele desenhados perfazem uma mediação ou entre-posição entre aquilo que lhes acontece e os obriga a se afirmar através dos outros desenhos curriculares que são parte da instituição (outrora ameaçados de desintegrarem-se dela se aderissem ao plano dos Institutos Federais); com isso afiançam transversalmente sua relação com a política do Estado partilhada pelo REUNI/UFPR, onde normativamente se dispõe um processo de formação que tenderá a estandardizar algo, como medida prévia.

RESULTADOS: ORGANIZAÇÃO CURRICULAR E TRANSVERSALIZAÇÃO BIOPOLÍTICA

Que arrumações, arranjos possíveis, geram-se a partir do discurso do MEC para a construção e reformulação dos novos quadros curriculares? Um primeiro item inscreve para a educação profissional o “empreendedorismo” como algo que pertence a essa educação sem se saber o seu porquê. Na há compreensão única desse conceito ligada à formação técnica senão no seu viés ligado a produção. Em outro, ocorre a mesma coisa, refere a produção e a inovação científico-tecnológica como um imperativo cujo fim é o mundo do trabalho; desviando o ensino da técnica para o legado mágico do “solucionismo”, não o encarrega de problematizar mas sim de produzir inovação!

Parece quer tais normas não incentivam o ensino da técnica a arguir sobre seu destino, e, sendo produto de outro produto, esse se vê implicado e associado a inovação. Não cabe questionar o novo como fizeram, por diversas vias, Foucault e Deleuze? Desvendar o umbral do sentido que esse conceito conecta com a tecnologia? Quando se aponta para a gestão de processos e produção de bens e serviços em um discurso que acorda com uma política excessivamente generalista, não é permitida uma disjunção de efeito que separa duas fronteiras: a que agrega valor ao produto enquanto gestão e a que já é produto, nessa educação, sobrecarregada ou atravessada do conceito/concepção de produção. Tem outro item que traduz uma biopolítica ou os efeitos pró-econômico quando trata de impactos ambientais.

Por fim, a normatização do MEC se utiliza de conceitos, que, na atualidade, emergem das tematizações teóricas e orientações de pensamento, propostas pelos estudiosos do currículo, os chamados curriculistas[4], estudiosos que analisem e discutem o currículo da educação superior e de outros níveis. Nestes documentos, se encontram a flexibilidade, a interdisciplinaridade, a contextualização e a atualização orientando as práticas curriculares dos cursos de tecnologia. Entretanto estes são conceitos, que, na maioria das vezes, ao se tornam práticas educacionais nesta especialidade de ensino, não se desprenderem de uma óbvia relação com um poder transversalizado pela estrutura econômica.

Logo, esses currículos desenham no seu ideal um profissional que deve se enquadrar nessa demanda, que sutilmente aciona uma biopolítica e mostra uma perspectiva de tendência segmentaria e servil, na qual um perfil profissional se estabelece por adquirir uma identidade que o curso oferece ou garante devido a uma "organização curricular". O currículo se impõe e como instância de reinvenção e de experimentação destas normas, realiza sua subjetivação na criação de novos formatos educativos, que encontra nas tecnologias a possível (re) produção de uma humanidade normativa e normalizada por uma educação para o trabalho.

Remontando esse contexto, apareceram em 2006 as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional de Nível Tecnológico. Nelas, mostrou-se toda uma listagem de cursos, um Catálogo posto para demarcar territórios ou

[4] Cita-se alguns curriculistas no Brasil: Antônio Flavio Moreira e Tomas Tadeu da Silva, Vera Candau.

operacionalizando ou selecionando uma estratégia de controle que busca superar ou corrigir seu efeito maior. Pode-se interpretar que esse catálogo tenta esgotar as possibilidades de oferta de profissões novas. Ainda que esteja no direito das IES (Instituições de Ensino Superior) oferecer, conforme dispõe o Decreto n° 5.773/06 em seu artigo 44, cursos experimentais em oferta legal e regular, com outras denominações, as quais poderão integrar o Catálogo no futuro. Embora o anexo desse processo (nº 23001.000137/2006-53) vá além dos dez eixos sugeridos, substitui a tipologia das áreas profissionais até então adotadas, descrevendo para cada uma delas um embasamento curricular. O que, de certo aspecto, reafirma-se, encaminha para que os currículos dos novos cursos sofram certo estreitamento e direcionamento na construção de seu perfil.

ANÁLISE DOS CURRÍCULOS TECNOLÓGICOS

Fez-se uma análise dos currículos dos oitos cursos que fazem parte do Setor de Educação Profissional e Tecnológica para poder pensar num trabalho que acolhesse suas demandas. Buscando suas origens, foi possível destacar quatro deles que derivavam de cursos técnicos (esses estavam em andamento na antiga escola), dois deles em atuação a longo tempo, de onde se salientam, na escrita de seus currículos, algumas particularidades. O fato de haver uma prática que antecipa a escrita, parece liberar a abundância dos ideais. Nos cursos mais antigos há uma longa introdução na qual desfilam inúmeros objetivos, princípios, etc. Dá para perceber que os profissionais que escreveram o projeto já estão envolvidos com uma prática aplicada a esse curso há bastante tempo. Isso lhes permite falar de suas ações valorizando-as, ampliando de algum modo o seu terreno de atuação.

Trata-se do curso de Tecnólogo em Análise e Desenvolvimento de Sistemas que deriva do Curso Técnico de Sistema de Informática, criado em 2001. Esse corpo docente trabalha em conjunto há bastante tempo. Antes de se criar esse curso técnico na área da informática, já havia outro com o foco em programação de computadores que data de 1991. Esse colegiado elaborou um documento que não dispensa do quadro curricular a alocação de disciplinas que de costume se chamam fundamentais ou reflexivas. Tais como Filosofia e Ética Profissional I e II, Psicologia, Relações Interpessoais e Direito Aplicado. Seu currículo é composto por seis módulos

chamados: (I)Estrutural, (II) Desenvolvimento Estruturado de sistemas, (III) Desenvolvimento Orientado a Objeto de Sistemas; (IV) Desenvolvimento de Sistemas Corporativos, (V) Desenvolvedor de soluções Computacionais. Tais disciplinas, no entanto, estão distribuídas no quadro de forma tradicional, sem localizar nesse currículo encontro com as disciplinas específicas.

Talvez por sua longa história, o projeto de curso do Tecnólogo em Análise e Desenvolvimento de Sistemas chega a assumir como missão a construção da democracia, da justiça social e promoção do desenvolvimento da sociedade. Descreve um rol de princípios tais como: estética da sensibilidade, política da igualdade, ética da identidade; possui ainda outros que chama de epistemológicos para os quais descreve a mobilização dos afetos, emoções e relações e, tem, por fim, os princípios que os denomina educacionais como: de contextualização, de interdisciplinaridade e de transposição. Ao querer desenvolver habilidades de três naturezas, teórica, comportamental e técnica, deseja acrescentar muitas qualidades ao exercício profissional sejam elas: a criatividade, o desejo, a motivação, entre outras. Enfim, se não se sabe a história não se entende o excesso de idealização que permeia esse curso, cuja base epistêmica da maioria de seus docentes é calcada na lógica-matemática.

Já em um curso que tem um pouco menos de história, mas boa experiência no ensino técnico, caso do Tecnólogo em Negócios Imobiliários, não é muito diferente a escrita da proposta curricular. O objetivo geral do curso fala em responsabilidade social e respeito ao meio ambiente; entre os objetivos específicos encontram-se a preocupação com ética e a cidadania e o estímulo a investigação e a formação continuada. Possui algumas disciplinas propedêuticas como: Introdução ao Direito, Metodologia Científica, Introdução a Psicologia, Psicologia Organizacional, Projeto Interdisciplinar I, II, III, Economia e Mercado. Dispostas ao longo dos três anos, de uma forma tal que parece que suas simples presenças no currículo possibilitam encontros que promovam a reflexão, a interdisciplinaridade, a cidadania, etc. Esse desenho possui seis módulos, embora não os nomeie.

Outro curso que era técnico e ascendeu é o Tecnólogo em Secretariado Executivo. Esse currículo se caminha na mesma direção dos outros dois; isto é, não fica clara qual concepção dirige as habilidades que serão conquistadas no passo a

passo do processo educativo. Possui, no primeiro ano, Psicologia das Relações Humanas, Sociologia Organizacional, Filosofia e Ética Profissional Empresarial e Responsabilidade Social, Cultura Organizacional e Cultura Brasileira. No segundo ano, apresenta as disciplinas Fundamentos da Interculturalidade, e, no terceiro, Psicologia Organizacional e Implantação de Projetos Interdisciplinares. Nos seus objetivos fala em ética, responsabilidade social e sobre uma transformação para uma sociedade mais justa. Também não dá nome aos seus seis módulos.

O tecnólogo em Produção Cênica é filho do Técnico em Formação de Atores. O objetivo geral desse curso era trabalhar com a interpretação teatral sob os diversos aspectos: direção, cenografia, sonoplastia, concepção de figurinos, maquiagem e produção cultural. Conjuga, por objetivos específicos: a consciência crítica, a estética e a ética. Também quer contribuir para formação de divulgadores culturais. Possui os mesmos seis módulos e não os nomeia. Tem várias disciplinas numeradas, tais como: Jogo Teatral e Improvisação I, II Expressão Corporal I, II, III, IV, V, História do Teatro, Expressão Vocal e Sonora I, II, III, IV V, Interpretação Teatral I, II, III. No projeto pedagógico desse curso, já se pode observar uma tendência a se mostrar mais fechado, no recorte da sua área. Esse curso precisou adaptar seu nome ao catálogo, adaptou também seu rumo. E mesmo não tendo feito grandes alterações no seu currículo, passou a dirigir sua formação para a produção teatral. Ao invés de formar ator passou a formar o produtor de teatral.

Nos cursos sem antecedentes curriculares, como o Tecnólogo em Comunicação Institucional, voltam a aparecer os seis módulos agora nominados: (I) Fundamentos da Comunicação, (II) Estratégia de Comunicação Corporativa, (III) Planejamento e Marketing, (IV) Mídias de Comunicação Empresarial, (V) Prática da Comunicação Corporativa, (VI) Planejamento da comunicação corporativa. Repete-se demais a idéia de comunicação, coloca-se a prática antes do planejamento. Além disso, mostra demasiado valor a conquista de um idioma estrangeiro, quando apresenta a Língua Estrangeira nas versões I, II, III, IV apesar da sua tendência basicamente instrumental. Possui disciplinas que diversificam a comunicação sem se distanciar do foco nesse conceito, tais como: Análise do Discurso, Técnica de Expressão Oral, Prática da Língua Portuguesa, Teoria da Comunicação, Ética da comunicação, Legislação da Comunicação, Comunicação e Realidade Regional.

Possui disciplinas que vem de outras áreas próximas a sua, tais como: Marketing, Pesquisa de Mercado e Opinião Pública, Cerimonial, Protocolo e Eventos, Interculturalidade, Cultura de Massa, Cultura Organizacional e Cultura Brasileira, Assessoria de Imprensa. Mesmo já tendo formado sua primeira turma esforça em construir uma identidade profissional.

Mesmo caso do acima citado, o curso de Tecnologia em Gestão da Qualidade nomeia os módulos, de tal forma que vale anotar: (I) Introdução a Qualidade, (II) Diagnóstico para a Qualidade (III) Sistema da Qualidade (IV) Qualidade de Processo (V) Implementação da Qualidade, (VI) Avaliação da Qualidade. Possui como disciplinas fundantes: Fundamentos da Qualidade, Direito Introdutório, Economia e Mercado, Cultura Organizacional e Cultura Brasileira, Ferramentas Qualidade, Metodologia de Pesquisa em Administração, Criatividade, Gestão Ambiental para Qualidade, Prêmios da Qualidade. Seu objetivo geral é atender aos mais variados segmentos empresariais. Seus objetivos específicos pretendem fornecer formação gratuita, proporcionar ênfase na qualidade, atender a demanda de mercado crescente por profissionais bem qualificados. Essa formação é um desdobramento da Administração de empresas, sua diferenciação desta origem é tão sutil que as vezes torna confusa sua própria especificidade.

Por último, o curso Tecnólogo em Construção de Instrumentos Musicais, “Luteria”, possui quatro módulos e os denomina: (I) Humanidades, (II) Profissionalizante fixo, (III) Profissionalizante Variável, (IV) Ciências Exatas. Caracteriza-se por possuir educação musical I e II, Desenho I e II, História da Arte I e II, Vernizes I, II, III, IV, Construção e Entalhe l, II, III, IV,V, VI, Projeto I, II, Tópicos Especiais em Instrumentos Musicais. Esse curso possui sua especificidade tecnológica muito ligada a arte. Mostra que o quanto o ensino da técnica precisa da afecção para se se efetive com qualidade. É um curso que não apenas desafia o MEC, por não estar no catálogo, como também os padrões comuns com os quais se analisa a tecnologia. Do ponto de vista pedagógico o curso de Construção de Instrumentos, enfrenta muitos desafios e vem reinventando as tarefas dos professores.

Sob tal conjuntura, esses cursos possuem em comum o tempo reduzido de formação, de modo rápido se faz a preparação para o mercado de trabalho. Também não se deve esquecer o fato de terem sido elaborados por um grupo docente que se

reuniu no esforço de manter sua permanência na universidade. Muitos desses professores foram contratados através dos recursos do REUNI. Vale lembrar a proposta do Governo Federal de transformar as Escolas Técnicas em Institutos Federais, o que desmembrou e Escola Técnica da UFPR onde e seu corpo docente em duas partes, uns foram para o IFs/PR outros criaram os cursos para manter o Setor na UFPR. Foi esse contexto que forçou o trabalho de construção desses currículos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Analisar esses currículos, acredita-se que algo neles qualifica o egresso ou o profissional Tecnólogo. Nesse sentido, mostrou-se claro que, nos currículos dos cursos mais antigos, reformados, o exercício da prática docente trabalhava a favor de um contexto curricular mais crítico quando elegiam disciplinas críticas e reflexivas em seu quadro. No entanto, na necessidade de reformar e reajustar o projeto pedagógico dos cursos tecnológicos o debate se tornou mais amplo. Os cursos novos optaram por um diálogo entre si e os mais experimentados mantiveram um formato tradicional dos currículos ainda que colocassem as disciplinas reflexivas e humanizadoras, tecendo uma interdisciplinaridade forjada pelas circunstâncias.

Esses currículos são fruto de uma aproximação de um grupo docente, cujo perfil e tradução dá tonalidade a estas formações, já que uma maioria tem sua prática ligada a uma trajetória no ensino técnico, nisso algo se naturaliza e cria valores. A constância de algumas disciplinas em mais de um destes quadros, pode vir a permitindo aglutinações e diálogos entre os cursos. Os novos concursos foram agrupando o envolvimento e o olhar dos novos professores, contratados através dos recursos do REUNI, o que tem contribuído para qualificar os projetos inicias dos cursos do SEPT. Os colegiados discutem as reformas necessárias a estes quadros curriculares, atividade que vem se mantendo apoiada pela Coordenação das Políticas de Educação Profissionalizante da PROGRAD. Embora se ressalte que nesse local de experiência pregressa tecnicista e generalista, não se consegue ainda aclarar as possibilidades de que o novo agregue uma perspectiva rupturante, que se desfaça nesta instituição de velhas práticas que já se desenvolvem ligada às tecnologias.

A ênfase tecnicista do grupo remanescente de professores associada a

biopolítica foucaultiana e interpretada como dispositivo de segurança resultante da absorção pelo Estado de certas práticas pastorais, ainda é visível pela ausência de arrojo e de adesão a novos modelos formativos. Vive-se uma nova realidade para a tecnologia e para educação voltada para tecnólogo, convivendo com uma tradição tecnológica que subsiste dentro da UFPR, de algum modo submissa a ela.

Essa formação, que tem por objetivo formar o cidadão trabalhador[5] que vive em uma sociedade com direitos e deveres, em meio a inúmeros conflitos que os mesmos direitos e deveres não conseguem resolver, os cursos tecnológicos, invade as Instituições de Ensino Superior, as IES. Daí a importância de se esboçar um perfil do tecnólogo que se quer formar dentro da UFPR, colaborando em construir tendências epistemológicas que deem suporte aos projetos dos cursos tecnológicos e alcancem práticas docentes inovadoras.

O MEC, na sua política pública, mobiliza um modelo. Uma vez que, de certa forma, desautoriza os autores desses currículos novos, torna-os inseguros, incapazes de definir na diversidade de seus perfis profissionais, uma base que dê forma ao egresso dos cursos tecnológicos que eles mesmos criaram. Os documentos que projetam os cursos tanto mostram o tecnólogo como um artífice, um artista, um fazedor talentoso que honrará as técnicas apreendidas na universidade reformulando-as no contato com a realidade; como o apresenta como simples fazedor que repetirá técnicas que apreendeu em determinado curso.

Não se pode deixar de observar a adesão à discussão desse formato acadêmico por parte dos novos educadores, os quais se juntaram ao trabalho que vem sendo fomentado nesse setor, colaborando com os propósitos da Coordenação de Políticas Profissionalizantes da Pró-Reitoria de graduação da UFPR. Há uma mudança de tom nos objetivos desses cursos alimentada pela experiência praticada na sala de aula. Palco no qual a ideação do currículo se torna ato e o processo desenhado se faz fato. Uma educação ou formação que acontece destituída da autoria dos que a praticam está fadada a não superar seus objetos, pois não avalia seu contexto. Seu plano de possibilidades se encurta, o estudo, as questões e as discussões que se deseja fazer a partir de uma base engessada não avançam; algo na gênese desestabiliza as forças criadoras e sem ideação nada se produz novo,

[5] Ver REUNI; www.ufpr.br/portal.

apenas se repete o simples efeito do efeito em outro feitio ao invés de fazer avançar a formação tecnológica que a sociedade realmente necessita nesse séc.XXI.

REFERÊNCIAS

www.portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/lei_11892_ifet

Resolução CNE/CP 3, de 18 de dezembro de 2002 e Parecer CNE/CES Nº277/2006, aprovado em 07 de dezembro de 2007.

www.ufpr.br/portal/ REUNI.

CUNHA, Maria Isabel**. Inovações conceitos e práticas**. in CASTANHO, Sergio; CASTANHO, MARIA Eugenia**. Temas e textos em Metodologia do Ensino Superior**. Campinas: Papirus , 2001, p.128).

DELEUZE, Gilles. **Foucault**. São Paulo: Brasiliense, 2005

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1979

HARGREAVES, Andy. **O ensino na sociedade do conhecimento. A educação na era da insegurança**. Portugal: Porto, 2003.

GIORGI, Gabriel; RODRÍGUEZ, Fermin (org.). **Ensaios sobre biopolítica- excesos de vida.** Buenos Aires: Paidós, 2009.